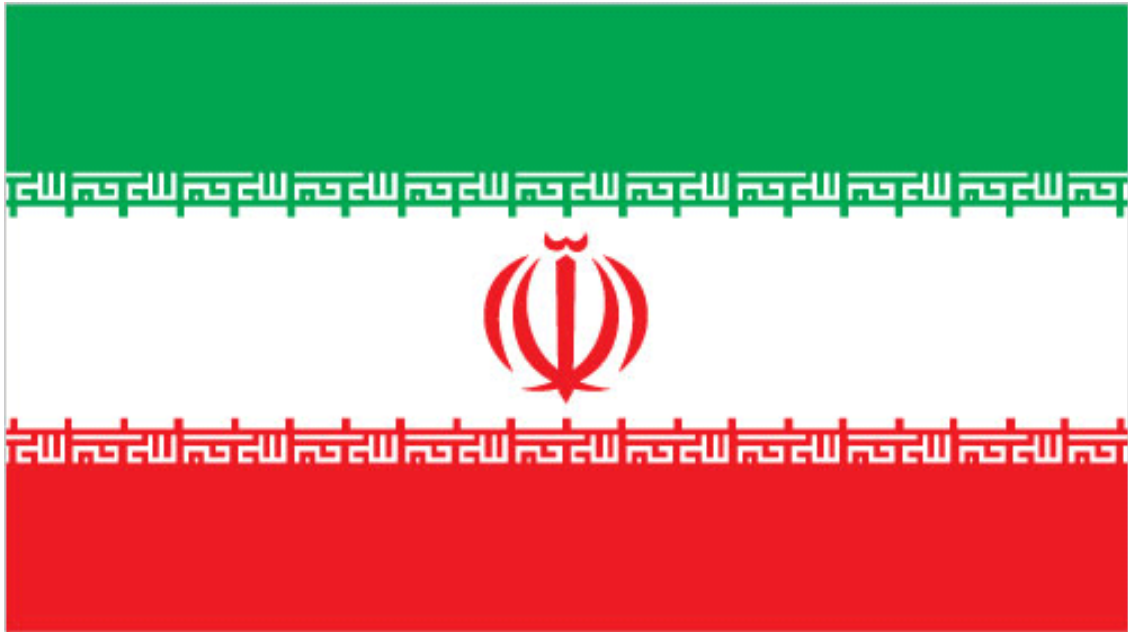


República Islâmica do Irã
(*Jomhuri-ye Eslami-ye Iran*)



HISTÓRICO

No ano de 1925, Reza Xá Pahlavi (1878-1944) deu início a dinastia iraniana Pahlavi, entretanto, seu reinado foi relativamente curto, pois em 1941 ele abdicou do poder e se exilou na África do Sul. Isso se deu porque em agosto daquele ano a União Soviética e a Grã-Bretanha invadiram o Irã; cabe lembrar que o mundo vivia, à época, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Posto isso, Mohammed Reza Pahlavi, filho de Reza Xá, tornou-se o segundo e último monarca da Casa. À título de curiosidade, pontua-se que o termo “xá”, de acordo com Mamede Jarouche (USP) e José Farah (Icarabe) significa “imperador da Pérsia” e caiu em desuso após a Revolução Islâmica de 1979 e a consequente instituição do governo aiatolá.

O nacionalista Mohammed Mossadegh (1882-1967) foi eleito premiê em 1951 e durante o seu mandato tomou medidas como contenção de gastos, reforma agrária e estatização do setor petrolífero. Por conta dessa agenda política que não agradava o xá, o próprio Pahlavi tentou, em 1953, depor o premiê, entretanto, o golpe fracassou – e o xá acabou se exilando. Contudo, a CIA (Agência Nacional de Inteligência dos EUA) interveio: temendo uma aproximação entre Mossadegh e a União Soviética, apoiou o Exército

Nacional no intento de realizar uma greve que culminou na renúncia do então primeiro-ministro e no retorno do xá.

Já em 1962, um programa de reformas de cunho educacional (à nível primário), agrário e civil, chamado de Revolução Branca, foi posto em marcha pelo xá. Por conta desse programa, o país viu, no ano seguinte, a ascensão de Ruhollah Khomeini, líder de forças clericais conservadoras e um dos principais opositores da Revolução Branca – tida por ele mesmo como contrárias a religião islâmica. Sua oposição ao programa de reformas e, obviamente, ao xá lhe custou a prisão, o que, por sua vez, gerou mais uma onda de manifestações.

O estopim para o início da crise se deu no dia 7 de janeiro de 1978. Na ocasião, a imprensa local veiculou um artigo de opinião contra Khomeini, o que fez com que houvesse uma onda de agitação por parte da opinião pública e em defesa do político. Os manifestantes eram, em sua grande maioria, camponeses que procuravam, em vão, oportunidades de emprego no meio urbano, e que, por isso, aderiram aos ideais religiosos encampados por Khomeini. Passado um ano de manifestações e greves, o xá chegou ao seu limite e se exilou no dia 16/1/1979.

Duas semanas depois – à 01 de fevereiro, portanto – Khomeini retornou a capital iraniana e, por fim, no dia 01 de abril, foi proclamada a República Islâmica do Irã. Baseado em um sistema de governo teocrático, o país passaria a ser encabeçado pelo chamado Líder Supremo, uma autoridade máxima político-religiosa que chefia a Assembleia de Especialistas (AOE); um clero composto por oitenta e oito membros eleitos pelo povo. Aliás, esse cargo máximo foi, à época, ocupado pelo próprio Khomeini que faleceu dez anos depois, sendo sucedido por Ali Khamenei, que está no cargo até hoje.

Passadas quase duas décadas da instauração da república, o reformista Hojjat ol-Eslam Mohammad Khatami venceu a eleição presidencial de 1997 e com isso teve início a promoção de uma campanha visando reformas políticas ante a insatisfação da opinião pública. Entretanto, o movimento fracassou quando os conservadores (apoiados pelo Líder Supremo), o Conselho dos Guardiões (formados por autoridades eleitas de forma indireta) e quadros ligados à segurança pública intervieram – e aumentaram a repressão contra o movimento.

A partir das eleições municipais de 2003 e das eleições de 2004 para o parlamento iraniano (*Majlis*), os conservadores retomaram o controle sobre instituições governamentais que têm seu quadro preenchido por eleições diretas. Tudo isso contribuiu para a posse do presidente linha-dura Mahmoud Ahmadinejad, em agosto de 2005. Quatro anos após, sua reeleição polêmica gerou protestos em todo o país; manifestações essas que foram rapidamente reprimidas. Além disso, o governo Ahmadinejad foi marcado por uma má administração interna e por sanções internacionais, o que conseqüentemente culminou em ao menos dois grandes protestos de cunho econômica em julho e outubro de 2012.

Findo o mandato presidencial de Ahmadinejad, em junho de 2013 os iranianos elegeram o doutor Hasan Fereidun Rohani, um clérigo centrista e antigo do regime que, apesar disso, prometeu reformar a sociedade e a política externa iranianas. No ano de 2016, houve eleições para a a AOE e para o *Majlis*, e o resultado foi uma Assembleia majoritariamente conservadora e um parlamento tido por muitos iranianos como favorável à administração em questão. Por fim, Rohani foi eleito para mais um mandato presidencial em maio de 2017 e o país viveu mais uma onda de protestos – em dezembro de 2017 e janeiro de 2018 – sob temores relacionais à conjuntura econômica.

GEOGRAFIA

Tendo sido estabelecida uma breve linha cronológica que situa a Revolução Islâmica na história contemporânea do Irã, será feito, a seguir, uma breve contextualização geográfica do território iraniano.



O Irã está localizado no Oriente Médio e tem saída para o Golfo de Omã, para o Golfo Persa e para o Mar Cáspio; além disso, faz fronteira com Iraque, Armênia, Azerbaijão,

Turcomenistão, Afeganistão, Turquia e Paquistão. Isso significa que a região em questão, principalmente a que abrange o Estreito de Ormuz e o Golfo Pérsico, é estratégica para o comércio e para a geopolítica do Oriente Médio porque, de acordo com Tanguy Baghdadi, professor de Política Internacional do IBMEC-RJ, tem uma das maiores concentrações de petróleo e gás natural do mundo, além de escoar essa mesma produção para o Mar da Arábia.

SOCIEDADE

De acordo com o censo de julho de 2018, o Irã tem uma população de 83.024.745 habitantes que se dividem entre as etnias Persa, Azeri, Curda, Lur, Baloqui, Árabe e outras. Os idiomas falados no país provêm de algumas dessas etnias, entretanto, o oficial é o persa.

Em se tratando de crença, o país, que é uma república teocrática, tem o islamismo como religião oficial e majoritária, o que significa que – com base em dados de 2011 – 99,4% dos iranianos se declaram muçulmanos, sendo que desse total 90-95% são xiitas e 5-10% são sunitas. Do restante, 0,3% da população iraniana está dividida entre zoroastrianismo, judaísmo e cristianismo, enquanto 0,4% não tem uma religião especificada.

Todas essas variáveis citadas no parágrafo acima, além de outras, fazem com que o Irã ocupe a 9ª posição, com 85 pontos, na Lista Mundial de Perseguição (2019) da Missão Portas Abertas. Esse quadro de extrema pressão contra cristãos locais é embasado em casos de humilhação pública, fechamento de igrejas, prisão de líderes religiosos, proibição de cultos no idioma persa e restrições à veículos de comunicação (como TV via satélite e websites) que possam propagar conteúdos cristãos.

GOVERNO

O Poder Executivo é liderado por um chefe de Estado e um chefe de governo, sendo que aquele cargo é ocupado, desde 4 de junho de 1989, pelo Supremo Líder Ali Hoseini-Khamenei, enquanto que o outro é encabeçado pelo presidente da República.

O Legislativo, a seu turno, é composto pela Assembléia Consultiva Islâmica (*Majlis-e Shura-ye Eslami*, ou apenas *Majlis*). Tal órgão é unicameral e possui 290 cadeiras, sendo que duzentas e oitenta e cinco são destinadas a eleições diretas e as outras cinco a um representante de cada religião minoritária: um zoroastriano, um judeu, um cristão (assírio ou caldeu), um armênio do norte e um armênio do sul.

Por fim, a esfera judiciária é composta por órgãos como Cortes Penais I e II, Corte Revolucionária Islâmica, Corte da Paz, Corte Especial Clerical e Corte Militar, sendo que todas essas estão sob o guarda-chuva jurídico da Suprema Corte.

TERRORISMO

Para tratar da questão terrorista envolvendo o Irã, é válido separar a temática em duas frentes de atuação, quais sejam, ações do regime iraniano no âmbito externo, de forma a lutar contra inimigos ou a favor de aliados em prol de um mesmo objetivo, e ações de grupos extremistas que não têm origem no Irã e que, por diversas razões, atuam dentro do território nacional.

Tomando como ponto de referência a política externa do governo do Irã com relação a organizações terroristas é possível observar que há registro de conflitos armados contra a al-Qaeda (no Iêmen, na Síria e no Iraque) e contra o Estado Islâmico. De forma automática, o país apoia o Hezbollah que também é inimigo dos dois grupos terroristas inimigos do Irã, e inimigo de Israel. Por fim, é válido citar que quando da Segunda Intifada (2000-2005), o regime teocrático deu suporte para o Hamas e o Jihad Islâmico.

Por outro lado, como dito, o país enfrenta o problema do terrorismo internacional ao lidar com dois grupos extremistas. O primeiro deles é a al-Qaeda que almeja a união da comunidade muçulmana global, a deposição de governos considerados infiéis e a imposição do pan-islamismo, ou seja, o estabelecimento de um Califado a ser regido pela interpretação literal e salafista da lei islâmica (*sharia*). O segundo é o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que tem como objetivo difundir a autonomia, a política e os direitos culturais curdos no Irã, bem como na Turquia, no Iraque e na Síria.

Por David Neder Issa Fortuna
Setor de Produção Acadêmica; M3 – Missão Mundo Muçulmano